

Entende a Direcção Geral Provisória da A.A.C. que o problema da superlotação das escolas não é resultado do 25 de Abril, nem radica na falta de professores e de instalações, como pretende fazer crer o MEC. Por um lado, já no tempo do fascismo se colocava esta questão (a reforma Veiga Simão previa a abertura de novas escolas em vários pontos do País), sendo as suas consequências atenuadas pelos intensos ritmos de trabalho, pelos rigorosos métodos de selecção impostos pelo regime e pelo escoamento para a guerra colonial de um elevado número de estudantes.

A questão da superlotação não é portanto uma questão nova. Ela está intimamente relacionada com o funcionamento anárquico do sistema capitalista, com a falta de planificação orientada no sentido da formação de quadros destinados a assegurar o desenvolvimento da economia segundo as necessidades das massas populares e com vista ao aumento do seu bem estar e das suas condições de vida. Os quadros de que a burguesia portuguesa necessita para a sua "reconstrução nacional" destinam-se, a servir os objectivos da lógica fundamental de qualquer sistema capitalista: a obtenção do máximo lucro.

É por esta razão que tem de existir um controle selectivo tanto à entrada como à saída das escolas, de molde a permitir que os indivíduos formados nas Universidades estejam suficientemente bem apetrechados para responder às necessidades impostas pelo desenvolvimento do Capital.

Intimamente ligado com o problema da superlotação surge a proposta do Serviço Cívico apresentada pelo MEC, que a tenta fazer passar por uma medida progressista, dentro de um quadro geral de uma sociedade em transformação, que se encaminha para o socialismo, como nos pretendem fazer crer os reformistas. A isto nos respondemos que o 25 de Abril longe de solucionar os graves problemas com que se debate o capitalismo português, só os veio agravar. A crise, resultado do poder intacto dos proprietários das grandes terras, dos monopólios e do imperialismo, tem como consequência o deterioramento da condição de vida das massas populares e o alargamento do exército industrial de reserva (desempregados).

Nestas condições, propor aos estudantes trabalho na construção civil na abertura de estradas, na construção de casas, etc., é o mesmo que lhes propor um boicote à luta dos trabalhadores pelo direito ao trabalho.

Por estas razões e porque os estudantes sempre orientaram as suas lutas contra a selecção burguesa no ensino e segundo uma perspectiva de solidariedade activa com a luta dos trabalhadores, entendemos que é justa a recusa ao Serviço Cívico proposto pelo MEC, e a entrada de todos os estudantes na Universidade.

Para além disso, pensamos que aqueles que não hesitaram em enviar o COPCON para travar as justas lutas da TAP, do Jornal do Comércio e da Lisnave, também não hesitariam em servir-se dos estudantes com os mesmos objectivos.

Consideramos, no entanto, como justa a aspiração da grande maioria dos estudantes a um ensino ligado à prática e ao contacto directo com a vida, necessidades e lutas do povo português. Esta aspiração e as lutas que se desencadearam dentro do seu âmbito foram sempre ferozmente reprimidas pela ditadura fascista, disposta a impedir a todo o custo a mínima ligação entre os estudantes e o povo. Embora seguros de que isso só poderá ser plenamente realizado numa sociedade em que o poder económico e o poder político estejam nas mãos dos trabalhadores, entendemos que devemos avançar na luta por esses objectivos aproveitando-nos das condições mais favoráveis

existentes na actual democracia burguesa.

Assim, entendemos que, por exemplo em Medicina, todos os estudantes deveriam realizar inquéritos junto das massas populares para, através do conhecimento das suas condições de vida, do trabalho, higiénicas, etc. poderem estar aptos a encontrar e a justificar as razões mais profundas das suas doenças. Este mesmo trabalho poderia também ser desenvolvido a nível dos hospitais em aprendizagem com os próprios doentes.

No caso de Engenharia, pensamos que se deveriam formar brigadas destinadas a realizar estatísticas industriais, que permitissem avaliar das condições em que as máquinas se encontram e da segurança que oferecem para os trabalhadores. Poder-se-iam fazer levantamentos topográficos com vista a averiguar a situação de determinadas regiões no que respeita à distribuição de água e electricidade, à rede de esgotos, ao estado das estradas, etc.

Achamos, no entanto, que deveria competir aos estudantes decidir das tarefas a realizar, tendo em conta a situação concreta de cada escola, assegurando-se porém a participação de todos em brigadas destinadas a cumprir estes objectivos.

Entendemos também que todos os estudantes se deveriam organizar e partir das escolas para dar um apoio activo à luta dos trabalhadores.

No momento actual acentuam-se as contradições dentro do aparelho de estado e as contradições que opõem o proletariado à burguesia. Assim, a luta de classes tende a agudizar-se, à semelhança do que já aconteceu várias vezes após o 25 de Abril. Os estudantes poderiam ser um veículo de divulgação dessas lutas ao nível da população em geral, desmistificando as deturpações da imprensa burguesa, formando caixas de solidariedade e apoio a trabalhadores em greve, organizando a participação massiva em manifestações.

Além disso, achamos correcto a realização de serviços como assistência a creches e infantários, o auxílio a camponeses pobres que não explorem assalariados, etc.

Estas tarefas seriam realizadas por todos os estudantes e não apenas pelos candidatos ao primeiro ano, e permitir-nos-iam não só uma maior ligação da teoria à prática e um maior contacto com a vida e luta dos trabalhadores, como também um completo desmascaramento de toda a campanha de calúnias que o governo e os partidos da coligação têm tentado ultimamente lançar sobre os estudantes, dizendo que estes nada querem fazer, que querem é boa vida, etc., no sentido de isolar a sua luta revolucionária.

Torna-se absolutamente necessário que este problema seja amplamente discutido em todas as escolas e por isso apelamos a todos os estudantes para que compareçam nas próximas reuniões de modo a que sejam tomadas posições firmes e inequívocas face a esta medida anti-popular do MEC.

COIMBRA, 23 de Janeiro de 1975

A DIRECÇÃO GERAL PROVISÓRIA DA A.A.C.